

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.001 - GO (2019/0068799-6)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**AGRAVADO : JOSE EDUARDO ALVES DE GODOY**  
**ADVOGADO : FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS - MG080593**

**DECISÃO**

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional contra acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás assim ementando:

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOLO ESPECÍFICO DE SUPRIMIR TRIBUTOS (ART. 1º, I, II E V, LEI 8.137/90). ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE DOLO. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA. SENTENÇA REFORMADA. 1. Verificada a ausência do elemento subjetivo do tipo específico (dolo específico), consistente na efetiva vontade de fraudar o fisco, impositiva a absolvição do apelante. 2. Constatada a atipicidade da conduta, é de rigor a absolvição, nos termos do disposto no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, prejudicadas as demais teses recursais de insurgência. Apelo conhecido e provido. (e-STJ fl. 1.021)*

Aponta o recorrente a violação do art. 1º, I, II e V, da Lei n. 8.137/1990 alegando, em síntese, que, para a configuração do referido delito não se exige o dolo específico, bastando a presença do dolo genérico, como na espécie.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.044/1.048.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso às e-STJ fls. 1.089/1.097.

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar.

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal de Justiça de Goiás deu provimento ao apelo defensivo e absolveu o recorrido da prática do crime do art. 1º, I, II, e V, da Lei n. 8.137/1990 pelos seguintes fundamentos:

"Com efeito, a condenação do processado pela conduta prevista pelo artigo 1º, incisos I, II e V, da Lei 8.137/90, sem a demonstração cabal de que agiu imbuído de dolo consistente na prestação de informação falsa às autoridades fazendárias, fraudando a fiscalização tributária ou fornecendo nota fiscal em desacordo com a legislação, não indicada, concretamente, sua atuação na decisão e/ou determinação de atos necessários à supressão ou redução do tributo, deve ser proclamada a absolvição da imputação, em face da atipicidade da conduta" (e-STJ fls. 1.014/1.015)

Veja que o Tribunal de origem, ao exigir o dolo específico para a configuração do delito, dissentiu da jurisprudência desta Corte Superior firme no sentido de que "o dolo, enquanto elemento subjetivo do tipo capitulado no art. 1.º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, é o genérico, consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, do valor devido aos cofres públicos" (AgRg no AREsp n. 1.225.680/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe de 24/8/2018).

Nessa mesma linha:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N.º 284 DO STF. TESE DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.*

**ART. 1.º, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/90. DOLO GENÉRICO. PRECEDENTES. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIÁVEL ANTE A EXISTÊNCIA DE EFETIVA LESÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. MONTANTE EXPRESSIVO DA SONEGAÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

[...]

4. No que tange à alegação de ausência de dolo, o entendimento adotado pela Corte de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual "o dolo, enquanto elemento subjetivo do tipo capitulado no art. 1.º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, é o genérico, consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, do valor devido aos cofres públicos" (AgRg no AREsp 1.225.680/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe de 24/08/2018).

5. Ademais, para se alcançar conclusão distinta daquela esposada pela Corte a quo no tocante à alegada inexistência de dolo na conduta dos ora Agravantes, seria imprescindível o revolvimento dos fatos e provas acostados ao caderno processual, desiderato esse inviável na via estreita do apelo nobre, a teor da Súmula n.º 07/STJ.

6. Para afastar a conclusão a que chegou a Corte a quo, no sentido de que não teria ocorrido efetiva lesão ao fisco e, assim o fazendo, proceder a desclassificação das condutas para a inculpada no art. 2.º, inciso I, da Lei n.º 8.137/90, necessário seria reexame dos fatos e das provas atinentes ao processo.

[...]

9. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1307413/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, DJe 15/03/2019)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISOS I e II, DA LEI N. 8.137/90 - REDUÇÃO E SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS). PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. PRESCINDIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA ASSENTE. REEXAME DE PROVAS. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. *O pleito de absolvição demanda revolvimento fático-probatório dos autos, providência de todo inviável nesta instância recursal, por óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Precedentes.*

2. *É firme a jurisprudência esta Corte Superior no sentido de que "os crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita previdenciária prescindem de dolo específico, sendo suficiente, para a sua caracterização, a presença do dolo genérico consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, dos valores devidos" (AgRg no AREsp 469137 , Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2017).*

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no AREsp 1123098/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 19/12/2018 - grifo nosso)

Ante o exposto, com amparo no art. 932, VII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", parte final, do RISTJ, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do apelo com observância do entendimento acima.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator